



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DA APA CAIRUÇU
26/06/2018 – Sede da APA Cairuçu, Paraty - RJ.

CONSELHEIROS PRESENTES: Lilian Hangae (APA Cairuçu), Sandro Nascimento (UFRJ), Tiago Menezes (FIPERJ), Almir dos Remédios (Associação de Moradores da Ilha do Cedro), Jadson Santos (Associação de Moradores do Pouso da Cajaíba), Daniele Santos (Associação de Moradores do Quilombo do Campinho), Domingos Santos (Associação de Moradores do Quilombo do Cabral), Fernando Brutto (ESEC Tamoios), Gilberto Silva (REEJ), Mônica Nemer (SEDUR), Cristiano Lafeté (OTSS), Anderson Sato (UFF), Marcela Albino (Coordenação Nacional Caiçara), Márcio Oliveira (Colônia de Pescadores), Robson Possidônio (Associação de Barqueiros da Trindade), Eva Benite (Associação Comunitária Indígena Guarani) Daniela Avelar (PNSB), Cristiana Reis (Instituto de Permacultura da Mata Atlântica), Renato Silva (Associação de Moradores Parati Mirim), Clara Schueng (Assoc. Moradores Comum. Trad. Forquilha), André Cavaco (INEPAC), Alda Janaína Ariston (EMATER), Rosângela Nunes (FUNAI).

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença outros 19 participantes.

Início da reunião: 14:20 hs.

Término da reunião: 17:30 hs.

Lilian Hangae, chefe da APA Cairuçu e presidente do CONAPA, abriu a reunião, dando as boas vindas a todos, destacando e agradecendo a presença do ex chefe da APA Cairuçu, Eliel Pereira de Souza, que deu início ao processo de revisão do Plano de Manejo e contribuiu para configurar a metodologia participativa que conduziu todo o processo, cuja Portaria de Aprovação, que acaba de ser publicada, é o tema principal desta Reunião Ordinária do CONAPA. Aproveitou para convidar os presentes para uma festividade comemorativa após a reunião. Em seguida, passou a apresentar a proposta de pauta e programação do dia, constando dos seguintes pontos: 1 - a publicação da portaria de aprovação do novo Plano de Manejo da APA Cairuçu; 2 - revisão do histórico de construção da proposta; 3 – mudanças no PM aprovado em Paraty procedidas em Brasília; 4 - principais mudanças para a gestão da APA; 5 - ações em curso na APA e prioridades; e 6 - informes e encaminhamentos. Consensuada a pauta, apresentou proposta de acordo de convivência, que foi aprovada pelo plenário. Após essas definições preliminares, com apoio de datashow, passou aos assuntos da pauta, começando por apresentar oficialmente para os conselheiros do CONAPA Cairuçu, a Portaria ICMBio 533/2018, publicada no Diário Oficial da União no dia 29 de maio, aprovando o novo Plano de Manejo desta Unidade, o que foi comemorado pelos conselheiros e público presentes. Em seguida, Lílian passou ao segundo ponto da pauta, procedendo a um resgate histórico dos eventos e atividades que resultaram no Plano de Manejo recém aprovado. Lembrou que, nos registros do CONAPA, constam demandas pela revisão do PM desde 2010. Destacou que o Decreto 8775/2016, que substituiu o Decreto de Criação da APA Cairuçu, impôs que se procedesse à “atualização” do PM em noventa dias, e que isso ensejou, no âmbito deste Conselho, a definição de uma metodologia participativa para o processo de revisão. Apresentou, então, a “linha do tempo” do processo de revisão do Plano de Manejo da APA

Cairuçu, desde maio de 2016 até maio de 2018. Expôs com mais detalhes as atividades e eventos posteriores à “Reunião Ampliada do CONAPA”, a reunião anterior deste Conselho, realizada no dia 10 de abril, que teve como pauta a aprovação da última versão da minuta do novo Plano de Manejo, elaborada em Paraty. Relatou, então, detalhes do processo de aprovação do Plano de Manejo em Brasília. Destacou a participação ativa, neste processo de aprovação do instrumento de gestão da Unidade, de uma representação do CONAPA que se mobilizou até a capital federal, bem como de representantes da Terra Indígena Parati Mirim, que estiveram presentes em duas reuniões realizadas na sede do ICMBio. Esclareceu que esse fato mereceu especial consideração da parte da presidência, da direção ampliada e da equipe técnica da sede do Instituto, como testemunho da legitimidade do Plano de Manejo proposto. Com ajuda de slides projetados em *data show*, Lilian mostrou que essa visita, coroadando todo o processo participativo de revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu, foi objeto de mais de uma reportagem nas mídias eletrônicas da instituição, fatos também recebidos com satisfação por todos os presentes. Relatou ainda a presença de uma representação da Prefeitura Municipal de Paraty em Brasília que também teve oportunidade de se reunir com a presidência e direção ampliada do ICMBio e com a equipe técnica da sede e da própria APA, contribuindo com ajustes incorporados à versão final do Plano de Manejo.

Lilian Hangae passou a abordar o terceiro ponto da pauta, *i.e.*, as mudanças operadas no Plano de Manejo na análise técnica em Brasília, em relação à minuta previamente aprovada em Paraty. Contando com a colaboração de conselheiros que se revezavam na tarefa de verbalizar os textos de trechos do Plano de Manejo projetados na sala, o plenário procedeu à leitura conjunta dos Componentes Fundamentais do novo instrumento de gestão da APA – a Declaração de Propósito (a razão de existência da Unidade), as oito declarações de Significância da Unidade (por que ela é especial, por que ela é única, o que ela representa em termos regionais, nacionais e globais) e sete Recursos e Valores Fundamentais (quais recursos e valores existentes na APA são importantes para atingir o propósito e consolidar a significância). Após a leitura de cada item, a chefe da APA, quando cabia, assinalava as minúcias de ordem semântica que foram alteradas durante a análise do documento pela equipe técnica da sede. Após a leitura dos Componentes Fundamentais do Plano de Manejo a palavra foi aberta a comentários.

Lilian Hangae, ainda abordando o terceiro ponto de pauta, passou à apresentação do Zoneamento que foi oficializado no novo Plano de Manejo, após a análise em Brasília, destacando, para conhecimento pelos conselheiros e demais presentes, as mudanças em relação ao Zoneamento que fora pactuado em Paraty. Sempre com apoio de slides projetados na sala, começou apresentando a tipologia de zonas do novo Plano, quantificando as extensões totais, em hectares, destinadas a cada tipo de zona e sua participação percentual na extensão total da APA. Em seguida, com slides contendo imagens *Google Earth* do território da APA, foram apresentados, sucessivamente, os *shapes* com as zonas do novo Zoneamento. Destacou que a equipe técnica da sede não viu por que distinguir as Zonas de Uso Moderado (ZUMO), propostas na minuta do Plano aprovada em Paraty, das Zonas de Uso Comunitário (ZUCO), sendo então suprimidas as ZUMO e suas áreas incorporadas às ZUCO. Assinalou que foi incluído um novo item nas normas desta zona, permitindo instalação de infraestrutura para empreendimentos turísticos com até 15 % da área da propriedade, exceto nas áreas próximas às Zonas Populacionais Caiçaras e em toda a península do Cairuçu. Quanto às Zonas Populacionais, esclareceu que foram unificadas, mas mantidas as especificidades – (a) Caiçara, (b) Caiçara e Residencial, (c) Residencial e Turística e (d) Rural. Na Zona Populacional Residencial e Turística foram alterados os limites construtivos para terrenos entre 1000 e 2500 m², que era de 250 m² e após a análise na sede, ficou estabelecido em 300 m², e para terrenos maiores que 2500 m², que eram limitados em até duas unidades de 250 m² e agora ficou limitado em até 750 m², em módulos de, no máximo, 250 m². Já nas Zonas de Recuperação e

Adequação Ambiental (ZREC), especialmente nas ilhas, passam a ser permitidas novas edificações em áreas regularizadas, com até 250 m² de área impermeabilizada para residências e de até 500 m² para estabelecimentos comerciais, em unidades de, no máximo, 250 m². Foram mantidas as exigências pactuadas em Paraty para as áreas insulares: celebração de instrumento jurídico com projeto de recuperação formalizado em até 24 meses, edificações somente até a cota de 80 m na Ilha do Araújo e até 20 m nas demais, recomposição dos costões rochosos e acrescidos de marinha, inscrições de ocupação e aforamentos atualizados. Ao abordar as Normas Gerais do Plano de Manejo, esclareceu que o limite de área construída que poderá ser dispensada de autorização pelo ICMBio, que na minuta original era estabelecido como 200 m², passou a ser 400 m², tal como acontece em outras UCs do território nacional.

Cristiane Reis indagou se existe avaliação de impacto de demolição.

Lilian Hangae explicou que, ao ser obrigado judicialmente a recuperar um certo atributo ambiental impactado, o infrator deverá primeiramente apresentar um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD – onde todas as operações devem ser detalhadas, inclusive a destinação correta de todo o material resultante das demolições, para aprovação do órgão ambiental.

Carlos Felipe citou casos de recuperação ambiental em Parati Mirim e no Mamanguá, mencionando que neste último, a remoção de uma casa sobre nascente, esta voltou a verter água.

Lilian Hangae convidou o plenário para avançar ao quarto item da pauta, “o que muda para a gestão da APA Cairuçu”. Utilizando projeções em *data show*, assinalou que a primeira contribuição do novo Plano de Manejo para a gestão da APA Cairuçu é a desburocratização que deverá proporcionar. Citou que agora as construções que necessitarão de autorização pela APA não mais serão todas aquelas com mais de 150 m² de área construída, porém, somente aquelas com área de 400 m² ou mais. A concessionária de fornecimento de energia elétrica fica desobrigada de requerer do usuário a autorização, pela APA, para a ligação do domicílio à rede pública, quando situado em Zona Urbanizada ou em Zona Populacional. Obras ou empreendimentos integralmente localizados na Zona Urbanizada ficam desobrigados da Autorização Direta pela APA. Outra mudança são normas incorporadas no Plano com diretrizes explícitas apontando para a gestão integrada com Terras Indígenas e Territórios Quilombolas presentes na APA, compondo os estatutos próprios desses territórios com a regulamentação do Plano de Manejo, configurando regime de dupla proteção com a APA Cairuçu. Também constitui mudança significativa a perspectiva de autonomia alcançada pelas comunidades caiçaras na gestão socioambiental das Zonas Populacionais Caiçaras, que deverá ser instrumentalizada por meio dos “documentos de organização interna” das comunidades, tais como os regimentos internos comunitários que passam a ter amparo no Plano de Manejo.

Cristiano Lafeté alerta para a necessidade de desenvolver um plano de comunicação para explicar onde desburocratiza, o quê e sob quais condições.

Lilian Hangae, após manifestações de alguns conselheiros, comemorando os avanços para a gestão da APA obtidos com o novo Plano de Manejo, sugere ao plenário avançar na pauta da reunião e introduz o quinto ponto, “ações em curso na APA e prioridades”. Com o auxílio de slides projetados, iniciou a exposição, procurando resgatar as quatro linhas de ação estabelecidas como “prioridades altas” pelo novo Plano de Manejo: 1. regularização fundiária, 2. planos de desenvolvimento comunitário, 3. plano de ordenamento do turismo com ênfase no turismo de base comunitária (TBC) e 4. gestão da água. Esclareceu que na busca de promover regularização fundiária na APA, vêm sendo desenvolvidas articulações com a SPU, assim como

ações preliminares para a construção dos Termos de Autorização para o Uso Sustentável (TAUS) de áreas pertencentes à União nas ilhas do Cedro e Pelada Grande, em favor de ocupantes tradicionais caiçaras que por meio desse instrumento poderão ter a posse de seus terrenos formalizada. Também informou aos presentes sobre o apoio jurídico que vem sendo dado pelo ICMBio a moradores caiçaras da Praia Grande da Cajaíba, em disputa possessória com sedizente proprietário de amplas áreas tradicionalmente ocupadas pela comunidade local. Ainda informou sobre ação discriminatória de posse em favor da União que vem sendo encaminhada pelo ICMBio junto à AGU, relativa a áreas da Praia do Sono e da Ponta Negra, que já tramita no STF e, uma vez obtida, permitirá que também possam ser objeto de TAUS pela SPU, em favor das populações caiçaras residentes nessas localidades, conferindo-lhes segurança possessória. Ainda na perspectiva da regularização fundiária, informou sobre a colocação de vinte e seis placas informativas da APA Cairuçu, resultantes de condicionantes ambientais do processo de licenciamento de redes elétricas implantadas pela ENEL no âmbito do Programa Luz para Todos, identificando para o público em geral, entre outras situações, as comunidades caiçaras presentes no território. Já em relação à prioridade do Plano de Manejo voltada para o plano de ordenamento do turismo na APA, informou que o ICMBio vem patrocinando a implementação do projeto de construção da Rede Nhanderekó de Turismo de Base Comunitária em Paraty. Na sequência, assinalou que a temática da água foi definida como prioridade alta no novo Plano de Manejo, porque foi apontada com elevado grau de preocupação nos diagnósticos participativos em nove comunidades. Na APA Cairuçu já vem sendo implementada uma ação bastante estratégica em relação a este ponto, que é o Curso FIC em Gestão e Manejo de Água, realizado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, o qual resultou de uma articulação do próprio CONAPA. O apoio do ICMBio tem sido fundamental para o seu êxito e praticamente todos os projetos de conclusão de curso elaborados pelos alunos estão relacionados com a gestão de recursos hídricos na APA, tendo sido capacitadas nesta temática, um significativo número de pessoas interessadas em colaborar no território. Já passando a abordar a prioridade alta estabelecida no novo Plano de Manejo, voltada para a elaboração de planos de desenvolvimento comunitários, resgatou que, por imposição do MPF já no início do processo de revisão, deveria ser garantida às populações tradicionais do território, o direito à consulta prévia livre e informada estabelecido pela Convenção OIT 169/1989, acordo internacional do qual o Brasil é signatário. A partir desta resolução da ONU, comunidades tradicionais do mundo inteiro vêm desenvolvendo protocolos formais para orientar o processo de consulta prévia sobre ações que afetem seus territórios. Desta forma, com o apoio e a facilitação da APA Cairuçu e da UFRJ, paralelamente ao processo de revisão do Plano de Manejo como um todo, foi elaborado, pela comunidade indígena de Parati Mirim, o Protocolo de Consulta Prévia da Tekoá Itaxim Mirim. Explicou que o protocolo se encontra em etapa de editoração e será o primeiro protocolo no estado do Rio de Janeiro.

Eva Benite, cacique da comunidade indígena de Parati Mirim, manifesta que estão felizes com esse protocolo, porque há preocupação com a estrada passando pela aldeia e também a presença do Juruá entrando na comunidade sem respeitar, sem ninguém saber por que ele está entrando. Agradeceu a Ñande Ru e a todos.

Lilian Hangae acrescenta que o protocolo estabelece como se deve chegar na aldeia, a quem se dirigir, qual o rito da consulta.

Sandro Nascimento, conselheiro representante da UFRJ, que colaborou como facilitador do processo de construção do protocolo pela comunidade, explicou que desde os tempos de Ronaldo e Ivanilde como representantes da comunidade guarani de Parati Mirim, e mais intensivamente desde o ano passado, as comunidades indígenas locais começaram a participar de eventos indígenas nacionais, onde viram protocolos, vídeos, saneamento em outras aldeias. Isso suscitou a demanda pelo protocolo, estabelecendo a identificação da aldeia, como também

o rito de chegada e recepção de estranhos à aldeia. Os guarani estão se programando para um grande encontro em Mato Grosso do Sul e construindo um protocolo de como as lideranças deverão se conduzir em sua representação.

Lilian Hangae deu prosseguimento aos informes sobre ações em andamento na APA declarando que trazia uma boa notícia para todos e anunciando que foi aprovado a execução do projeto “Conservação e uso sustentável da biodiversidade nas UC federais costeiras e estuarinas do estado do Rio de Janeiro – fase 2”, construído com a participação direta do CONAPA, que deverá ter início operacional nos próximos meses. Esclareceu tratar-se do projeto resultante do TAC assinado entre o MPF e a petroleira Chevron, por conta do derramamento de óleo ocorrido anos atrás ao largo do litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Informou que foram necessários ajustes no projeto original, visto que atualmente existem deficiências de infraestrutura de trabalho da APA Cairuçu que estão perto de se tornar impeditivas para a realização dos trabalhos, tais como a obsolescência dos computadores existentes e a carência de viatura náutica numa unidade com sessenta e três ilhas. Também estão incluídas no projeto atividades tais como a implantação de um sistema de gestão georreferenciado na APA, um plano de comunicação respectivas com peças informativas, o fortalecimento da rede de TBC, uma nova edição do curso de Gestão e Manejo de Água com o IFRJ, a implantação de três unidades de saneamento ecológicos demonstrativos (BET), assim como de duas unidades demonstrativas de captação e tratamento de água da chuva, implantação de seis unidades demonstrativas de SAFs, a construção de um viveiro de mudas na sede da APA, a realização de reuniões, cursos e seminários e a elaboração de planos de desenvolvimento comunitário. Acrescentou que já se encontra em fase preparação para etapa executiva um outro projeto resultante de uma condicionante no processo de Autorização para o Licenciamento Ambiental de redes elétricas implantadas pela concessionária ENEL no território da APA, que implicaram desmatamentos que atingiram, inclusive, espécies imunes ao corte (áreas de caixetais). Esta condicionante prevê a implantação de sete mil mudas de espécies da mata atlântica no território da APA em SAFs, introduzindo essas práticas nas comunidades com protagonismo de jovens no plantio, acompanhamento e manejo durante quatro anos, em áreas do Quilombo do Cabral e da Terra Indígena de Parati Mirim.

Marcela Cananeia, conselheira do CONAPA representante da Coordenação Nacional Caiçara, após a apresentação das atividades em andamento na Unidade, questionou sobre uma atividade que havia sido compromissada em reuniões anteriores do Conselho, prevista para ser executada com recursos oriundos do TAC da Chevron, que seria a realização de um curso de habilitação de condutores de embarcações para os pescadores do território da APA.

Sandro Nascimento, conselheiro representante da UFRJ, informou que a realização desse curso depende de uma articulação entre a Marinha do Brasil e a Prefeitura.

Almir dos Remédios, conselheiro representante da Associação de Moradores da Ilha do Cedro, complementou a informação esclarecendo que a Prefeitura não concordou que o curso fosse dirigido a moradores da APA Cairuçu.

Lilian Hangae retomou a palavra para prosseguir no relato das atividades em curso na APA Cairuçu, apresentando um panorama das ações de fiscalização em pauta na Unidade, assim como demandas do MPF e PF e denúncias em geral. Mencionou os seguintes casos, indicando a situação em que se encontram. Na Praia Brava da Trindade, onde vinha sendo denunciado o cercamento da área para apropriação privada, mencionou que foi realizada vistoria e resta elaborar o relatório, que envolve uma discussão jurídica na esfera fundiária. Quanto aos quiosques na Praia dos Ranchos, trata-se de demandar a mediação do MPF, visto que os ocupantes não cumpriram o acordo de retirada após o último verão e será necessário uso da

força. Quanto ao Morrão do Cepilho, existe apenas uma autorização antiga para a implantação de caminho carroçável, e muitas denúncias de ocupação irregular nesta área que era ZERT no Plano de Manejo de 2005 e agora foi definida como Zona Populacional Caiçara e isso a relaciona com a elaboração do plano de desenvolvimento comunitário. Essas três pendências relativas À Trindade demandam reunião com a AMOT para discussão dos encaminhamentos e apoio. Em Pedras Azuis e nas áreas próximas a BR 101^a demanda é materializar o zoneamento e realizar ação de fiscalização. Na Ilha da Pelada Grande ocorreu a ocupação de um novo quiosque por um ocupante caiçara e a diretriz é a realização de reunião com os atores mediada por liderança comunitária do São Gonçalo. No Corisco, Coriscão e Corisquinho, trata-se de realizar uma reunião com comunitários, o que não se conseguiu realizar durante a elaboração do Plano de Manejo, restando essa demanda de divulgação do zoneamento e normas incidentes, assim como ação fiscalizatória diante de diversas infrações que têm sido observadas. Em Paraty Mirim existem denúncias em relação à implantação da estrada, o que deve ser alinhado com o INEA e infrações no loteamento clandestino realizado pelo senhor Jesus. Na Praia do Sono e no Pouso da Cajaíba existem denúncias do aumento da violência, o que exige uma ação estratégica.

Lilian Hangae, tendo em vista o adiantado da hora, sugeriu passar-se imediatamente ao último ponto de pauta, “informes e encaminhamentos”. Mencionou que o encaminhamento natural que resulta para o CONAPA, agora, com a conclusão do novo Plano de Manejo da APA Cairuçu, é a revisão e atualização do Plano de Ação do Conselho. Também indicou que está sendo agendada, possivelmente para inícios de agosto, uma reunião conjunta entre o CONAPA e o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo), com vistas a alinhar a sinalização e operação de trilhas no território da APA, em razão da existência de dois projetos concorrentes. Portaria de Ordenamento do Turismo nos Territórios das Populações Tradicionais do ICMBio remete a planos específicos para a sinalização nas UCs, com diretrizes que orientam para a construção da sinalização em conjunto com as populações tradicionais que ocupam o território. Nessa reunião também deverá ser enfocada a construção da Rede de Turismo de Base Comunitária, que é tema de interesse de ambos os conselhos. Uma vez relatados esses encaminhamentos que se encontram na pauta do CONAPA para momentos próximos, a presidente do Conselho abriu a palavra aos presentes para informes gerais.

Miriam Espósito, professora da escola municipal da Ponta Grossa, pede a palavra para informar que os professores das escolas da Zona Costeira estão recebendo formação sobre educação diferenciada ministrado pela Universidade Federal Fluminense.

Vagner Nascimento, conselheiro do CONAPA representante do Fórum de Comunidades Tradicionais, informa sobre oficina de saneamento que será realizada na comunidade caiçara da Ponta Grossa, no próximo domingo, dia 1º de julho.

Tiago Menezes, Conselheiro do CONAPA representante da FIPERJ apresenta ao CONAPA em primeira mão, a publicação Diagnóstico do Cerco Flutuante, técnica trazida ao território por imigrantes japoneses, presentes há mais de cem anos na região. Essa técnica e seus manejadores até hoje permanecem à margem da legalidade, por não haver legislação regulamentando a atividade. A proposta dessa publicação é alavancar a regularização desta arte de pesca junto à Marinha do Brasil. O seu lançamento oficial deverá ocorrer nos próximos dias, Na sede da Associação dos Moradores de Trindade – AMOT.

Lilian Hangae, presidente do CONAPA, verificando que finalizaram os informes do plenário, deu por encerrada a reunião, convidando aos a permanecerem na sede da APA para a comemoração da aprovação do novo Plano de Manejo da Unidade.